

**Organizações de atingidos pela UHE-Tucuruí: Regimes de verdade e
constituição de ações coletivas**

**Social groups affected by the hydroelectric plant in Tucuruí: Belief
systems that orient the creation of collective strategies and actions**

Rodica Weitzman

roassessorias@yahoo.com.br

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e, atualmente, aluna de pós-doutoramento no IPPUR/UFRJ. Também atua como consultora para diversas organizações sociais.

Recebido em : 31/08/2018

Aprovado em: 22/11/2018

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)**

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ.2018

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de organização dos atingidos pela UHE de Tucuruí durante diferentes fases de intervenção da empresa hidrelétrica, destacando os modos pelos quais as identidades desses povos são redefinidas situacionalmente em processos de mobilização continuada. Ademais, revela a evolução em suas configurações organizacionais, atentando para as alterações observadas nas estratégias e nos focos temáticos em distintos períodos históricos, marcados primeiramente pelo regime autoritário e depois pelo processo de redemocratização no Brasil. A metodologia adotada privilegia os documentos produzidos pelos grupos de atingidos como fontes de informação, uma vez que é por meio deles que estes coletivos organizam uma plataforma de reivindicações. Conclusões preliminares revelam que os grupos de atingidos introduziram inovações, tanto nos dispositivos utilizados para sensibilizar e provocar mudanças em seu alvo – o Setor Elétrico –, quanto na natureza das demandas que faziam parte de seus repertórios de ação política, face às alterações drásticas no quadro socioambiental.

Palavras-Chave: Identidades; Movimentos; Negociações; Impactos; Tucuruí.

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of organization undertaken by social groups that were directly affected by the Hydroelectric Plant in Tucuruí within the Amazonic region during its different phases of implementation, with emphasis on the shifts in their collective identities during dynamic processes of mobilization. The purpose of this work is to examine the evolution of their organizational structures, with special attention to be given to the alterations that occurred in the strategies that were used and in the thematic focus of their struggles in distinct historical periods, first during the dictatorship and following that, in the midst of the process of redemocratization of Brazil. The methodology adopted privileges the documents produced by the affected groups as primary sources of information, as it is through these vehicles that these social groups were able to organize a platform of claims and demands. Preliminary conclusions reveal that these social groups introduced innovations, not only within the devices used to directly influence and raise the sensitivity of their target – the Electric Sector – but also in regard to the nature of the demands that served as the basis for their political actions, in the face of drastic transformations in their surroundings. .

Keywords: Identities; Movements; Negotiations; Impacts; Tucuruí.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o principal objetivo de analisar alguns aspectos das várias fases de organização dos atingidos pela usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí no período de 1979 a 1990,¹ no intuito de dar destaque às modificações nos focos temáticos e nas estratégias de suas lutas. Nesse intervalo de tempo, durante o qual houve uma transição democrática no Brasil, o território que foi afetado pela construção da barragem sofreu diversas transformações, em razão dos deslocamentos compulsórios de moradores, dos problemas socioambientais gerados e da restrição no uso dos recursos naturais, assim como em virtude das negociações árduas para a efetivação das indenizações e do processo de reassentamento das comunidades atingidas. Através do seu repertório de ações, configurações organizacionais embrionárias foram tornando-se e constituindo-se em sujeitos políticos coletivos, dedicados a dar visibilidade tanto aos efeitos sociais e ambientais da obra, quanto aos direitos que diziam terem sido desconsiderados pela Eletronorte² diante das reivindicações formuladas pelos grupos afetados.

Para situar melhor os (as) leitores (as) dentro da temática proposta, é importante fazer algumas observações sobre as origens e os principais traços do povo que habitava Tucuruí na época da implementação da obra hidrelétrica. Cumpre salientar que aceder às origens do povo que tem habitado Tucuruí desde a época anterior à implantação da usina é uma característica preeminente dos materiais que foram produzidos e disseminados pelos movimentos de atingidos.³ Ao analisar os documentos, depara-se com uma demarcação entre duas populações distintas, que se exprime fisicamente no mapeamento do rio Tocantins. Uma questão que emerge desses registros é a ideia de que a população

¹ Esse período foi escolhido como recorte temporal no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, sob a coordenação do Prof. Henri Acselrad (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ), dentro do qual se abriga este estudo. Esse projeto de pesquisa foi construído com o objetivo de observar as diferenciações marcantes nas condições de mobilização dos atingidos e na natureza das ações intervencionistas do Setor Elétrico antes e depois de 1985.

² Cabe salientar que a Eletronorte foi criada em Brasília em 20 de junho de 1973, enquanto subsidiária da Eletrobrás. Foi um acontecimento estratégico, articulado entre o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram) e o Ministério das Minas e Energia, com o principal objetivo de potencializar a região Amazônica como um polo de desenvolvimento tecnológico na produção e transmissão de energia elétrica.

³ É importante marcar aqui que esses registros (em forma de boletins e folhetos), que tinham como principal objetivo denunciar posicionamentos e estratégias exercidas pela Eletronorte, não foram publicizados amplamente, sendo apenas socializados entre os seguidores e aliados dos movimentos embrionários de resistência nos focos locais e regionais.

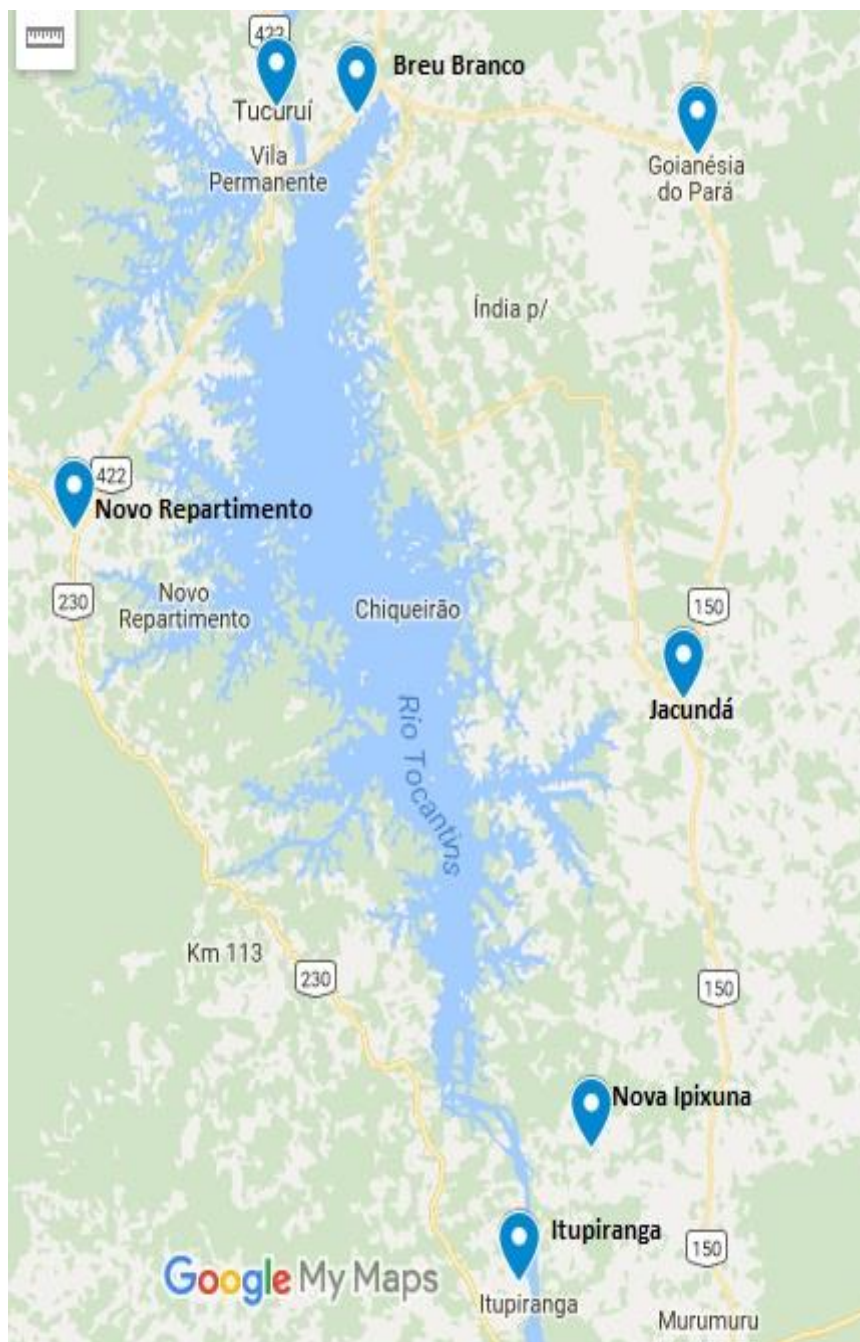
situada na área de jusante se constitui como “uma população mais fixa e tradicional”, que já existia desde o surgimento dessa região, enquanto que a área de montante é considerada uma região “muito recente”,⁴ que se formou a partir da instalação “da população trazida pelo Incra e pelo incentivo da abertura da Transamazônica, que chega ao local na década de 70”⁵ (Entrevista com Aida Maria Farias da Silva em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF). Tanto na Carta à Eletronorte (09 de janeiro de 1980), quanto no boletim Tucuruí Urgente (maio de 1981), há bastante ênfase na origem desse povo, formado por migrantes que moravam em “outros estados do nordeste e do sul”, tinham “pequenas propriedades” ou “eram empregados”, e vieram para essa região justamente em função das promessas que foram lançadas, a partir de “um movimento de propaganda sobre a transamazônica” (Carta à Eletronorte, p. 3).⁶ Dentro desse amplo leque de documentos produzidos pelos grupos de atingidos, é evidente que remeter à origem desse povo “migrante”, que “mal chegou na terra” e “aí veio a desapropriação (sic)”, é uma forma de reforçar as injustiças ocasionadas pelas medidas de indenização, que, de alguma maneira, provocaram os deslocamentos daqueles que acabaram de se estabelecer depois de tantas andanças por terras estranhas.

⁴ Esse recorte geográfico interfere consideravelmente nos processos de organização e luta dos grupos de atingidos, como veremos mais à frente. A população de jusante é caracterizada como o segmento que habita a parte localizada abaixo do rio e da usina hidrelétrica, enquanto a área de montante se refere à parte acima do rio e da UHE.

⁵ Cabe salientar que a constituição de um campesinato nessa área do médio Tocantins é resultado de dois grandes movimentos: (1) um, considerado espontâneo, inicia-se nos anos 20 e se consolida nos anos 50, durante a atividade de extração da castanha-do-pará; (2) o outro inicia-se a partir dos anos 70, com a implantação da colonização “dirigida” às margens da Rodovia Transamazônica, que representava simbolicamente o “futuro da Amazônia” (MAGALHÃES, 1988, p. 183).

⁶ Aqui, destacam-se as especificidades deste segmento, composto por pessoas que podem ser classificadas como “posseiros”: colonos que “habitam ao longo da Transamazônica, no trecho km 115-117, sentido Marabá-Altamira”, e que não conseguiram “um lote de INCRA na Transamazônica”, o que contrasta com a situação daqueles assentados pelo INCRA a partir de 1973 (MAGALHÃES, 1988, p. 185).

Figura 1: Mapa da região afetada pela implantação da UHE-Tucuruí



Fonte: Leandro Juárez Liberatori

Tendo como base as inflexões dentro das cronologias apresentadas nos diversos materiais disseminados pelos grupos de atingidos, o objeto de nossa análise corresponde às fases que sinalizaram mudanças nas relações estabelecidas entre o Setor Elétrico e o

Movimento dos Atingidos em dois períodos históricos distintos – anterior e posterior a 1985. O contexto autoritário e a subsequente redemocratização do país remetem a situações contextualizadas no processo de organização e luta dos atingidos, que inevitavelmente moldaram as condições de mobilização e as repercussões das lutas travadas. Enquanto que, durante o regime autoritário, as iniciativas para criar espaços de diálogo, a partir das reivindicações que buscavam rever a lógica subjacente às medidas compensatórias impostas pela Eletronorte, foram truncadas, de acordo com Aida Maria Farias da Silva, ex-técnica da Comissão Pastoral da Terra (CPT), “com a abertura política foi possível dialogar com a Eletronorte, fazer ela admitir a legitimidade da luta, e admitir que era legítima (sic) a organização (...)”, o que teve um impacto sobre o desfecho final das negociações.

É sabido que projetos de grande envergadura – como a usina hidrelétrica em Tucuruí –, desencadeiam “um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais” (SIGAUD, 1992, p. 34), tendo como ponto de partida dessas situações conflitantes a intervenção estatal. Na visão da pesquisadora Lygia Sigaud,⁷ “essas forças não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas” (SIGAUD, 1992, p. 34). Em consonância com a abordagem analítica adotada por Sigaud (1992) sobre essa relação dinâmica entre a ação estatal e as respostas da população atingida, neste artigo, propõe-se focalizar as mudanças na estrutura das relações sociais, na qual estão inseridas as diversas configurações organizacionais dos atingidos em Tucuruí.

Assim, parte-se do pressuposto de que, embora as reações desses movimentos embrionários tenham sido fomentadas pela ação intervencionista da rede de organizações empresariais, que se estende a partir da malha governamental, tratam-se de forças sociais que não apenas reagem perante situações drásticas, as quais colocam em risco sua sobrevivência econômica, expressões culturais e o quadro socioambiental no qual estão inseridas.⁸ São movimentos que também respondem aos estímulos da intervenção estatal

⁷ Em meados da década de 80, Sigaud (1986; 1988) abriu uma nova linha de pesquisa que abordava, de modo frontal, as repercussões sociais das barragens hidrelétricas sobre os camponeses, com foco nas barragens de Sobradinho (no sertão da Bahia) e Machadinho (entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina). Na vasta literatura produzida por ela, Sigaud (1986; 1988) criticava incessantemente uma visão simplificadora do “social”, que resultava na padronização das reações das populações atingidas perante os grandes projetos de desenvolvimento.

⁸ A visão apresentada aqui vai na contramão da retórica atrelada a uma “noção vulgar dos impactos” (Sigaud, 1986). De acordo com Sigaud (1986), o mundo empresarial tem propagado uma reificação das reações das populações atingidas, como se uma determinada opção tecnológica procedesse de modo

de uma forma protagônica, engajando-se ativamente na produção de “modos de subjetivação originais e singulares” (GUATTARI; ROLNIK 2005). Suas várias formas de agência – criativas, inventivas e inusitadas – serão perscrutadas aqui a partir de um determinado recorte espacial e temporal. Destarte, o interessante é demonstrar de que modo as identidades desses povos são redefinidas situacionalmente em processos dinâmicos de mobilização continuada.

Há um amplo leque de estudos e pesquisas que têm sido realizados sobre os efeitos da obra em Tucuruí, focando em suas diversas fases, desde o início da implementação da obra (final dos anos 70) até depois do represamento do rio e da construção das eclusas (anos 90), partindo de vários pontos: o processo de expropriação, o deslocamento compulsório e as negociações em torno das indenizações; as dinâmicas territoriais; e a redistribuição espacial da população (Magalhães, 1988, 1989, 1990, 1994, 2007; Fearnside, 2015; Ravena, 2009, 2015; Rocha, 2008, 2015; Novaes, 2014, 2015). Esses trabalhos deixaram um legado importante no processo de construção do projeto de pesquisa, dentro do qual este artigo se insere.⁹ À primeira vista, pode parecer que este trabalho não difere das descobertas contidas na literatura existente, mas sua novidade reside justamente na primazia atribuída às dinâmicas do próprio Movimento dos Atingidos ao longo do tempo, isto é, às transformações nas estratégias de luta de agentes sociais que manifestam suas identidades coletivas através de um processo de territorialização. Tendo como foco a cronologia construída pelos grupos de atingidos e exposta nos diversos documentos produzidos por eles, a intenção é demonstrar a evolução das configurações organizacionais, desde as expressões embrionárias de resistência dos “desapropriados”, “expropriados” e “atingidos”¹⁰, durante as fases iniciais de intervenção da Eletronorte, até sua adesão gradativa a um movimento abrangente e diversificado que tem como ápice a consolidação de uma agenda política unificada.

semelhante em todos os contextos. A ênfase nos “efeitos substantivos” das obras hidrelétricas tende a destacar as dimensões culturais dos povos atingidos, em vez de sublinhar sua resposta política.

⁹ Maiores detalhes sobre este projeto de pesquisa, intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, sob a coordenação do Prof. Henri Acselrad (IPPUR/UFRRJ), podem ser encontrados no próximo item (“Recorte metodológico do estudo realizado”).

¹⁰ As nomeações para enquadrar aqueles que foram afetados pela implantação da obra hidrelétrica eram variadas e mudavam de acordo com os acontecimentos que marcaram cada momento histórico, além de serem moldadas pelos interesses de cada ator social que se engajava em tais eventos críticos. Esse ponto será explorado mais à frente, na seção intitulada “Alguns pontos preliminares: A elasticidade das nomeações – De ‘expropriado’ a ‘atingido’”.

Não será o objetivo deste artigo debruçar-se sobre cada uma das fases que compõem essa “linha do tempo”, pois, embora cada uma delas seja relevante, esse tipo de descrição detalhada ultrapassa o que pode ser tratado num número limitado de páginas. O objetivo principal deste trabalho é ilustrar os momentos marcantes observáveis no período mencionado, que desencadearam mudanças nos focos temáticos das lutas e nos tipos de respostas gerados pelos grupos de atingidos, resultando em alterações no jogo de forças com o Setor Elétrico. Uma atenção especial será dada às origens desse movimento, e a suas pluralidades locais, suas vertentes, seus alinhamentos ideológicos e seus pontos de convergência. Cabe sublinhar alguns questionamentos e problematizações que nortearam esta investigação, entre eles: quais são as diversas ordens de pertencimento ao movimento de resistência, que é forjado a partir da implementação de diversas estratégias, desde o alinhamento de propostas e a construção de acordos nas reuniões e assembleias; o envio de comunicados e cartas para a Eletronorte, enquanto “ente personalizado”; a costura de negociações em Brasília; e os enfrentamentos e embates diretos com as autoridades do Setor Elétrico e órgãos governamentais? De que maneira o agrupamento de famílias atingidas foi se enquadrando nos moldes dos processos organizativos que se instituía, aderindo a determinadas bandeiras políticas e ampliando sua projeção no cenário público? Quais vertentes e eixos de luta foram se tornando centrais ou periféricos na agenda política do movimento dos atingidos?

Para apreender o dinamismo inerente à construção dos movimentos, parte-se de uma noção de movimentos sociais enquanto espaços propícios para a promoção de “formas de socialização política”, ora “performances coletivas”, ora “interações”, que constroem e reforçam “solidariedades e identidades coletivas” (MEDEIROS, 2012, p. 24). De propósito, o termo utilizado aqui é “movimentos” no plural, porque o Movimento dos Atingidos não é algo monolítico e homogêneo, mas se subdivide em diferentes ramificações a partir de suas divergências e convergências. A ação política confere novos contornos a esses movimentos, que, por sinal, estão continuamente “em movimento”, sendo fruto de um trabalho de arregimentação, de agrupamento, de representação e de mobilização.

RECORTE METODOLÓGICO DO ESTUDO REALIZADO

As fases que sinalizaram mudanças significativas, tanto no rumo do processo organizativo dos atingidos, quanto nas estratégias e ferramentas de luta empregadas por eles, são elencadas tendo como base as inflexões dentro das cronologias apresentadas nos

diversos registros. Assim, o recorte metodológico deste estudo é a construção de uma memória do que foi vivido, levando em consideração as formas pelas quais essas diferentes fases de organização e estratégias de luta são retratadas pelos próprios atores sociais que protagonizam esses processos.

A intenção é captar as vozes dos movimentos embrionários dos atingidos, expressas primeiramente no amplo leque de documentos que foram produzidos, desde boletins e panfletos, os quais serviram para disseminar as principais bandeiras de luta desses atores sociais, até comunicados e cartas, que se tornaram meios de interlocução com o Setor Elétrico.¹¹ O conjunto de documentos produzidos pelos movimentos dos atingidos explicitavam intencionalidades, fazendo uso de mecanismos retóricos para atingir seu alvo – o Setor Elétrico –, ora por meio de linhas argumentativas embasadas em fatos empíricos, ora por meio de um discurso humanista, na tentativa de sensibilizar e humanizar os (as) agentes do mundo empresarial.

De modo secundário, subsídios para as reflexões apresentadas aqui foram retirados de algumas entrevistas realizadas por pesquisadores (as) envolvidos (as) no projeto no qual este trabalho se insere, com técnicos (as) de organizações de assessoria e lideranças dos grupos de base, como será esclarecido mais adiante. Os conteúdos extraídos tanto das entrevistas quanto dos documentos, neste estudo, fazem referência aos processos que marcaram as trajetórias de pessoas e organizações, de modo que vai sendo constituída uma “memória coletiva”, composta pelos coletivos que integram o Movimento – ou Movimentos, no plural – dos Atingidos.

O acervo que foi consultado para finalidades da pesquisa realizada, cujos resultados são apresentados neste artigo, se integra a um projeto que foi aprovado pela CAPES em 2015, dentro do edital nº. 12/2015, “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, sob a coordenação do Prof. Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ). Esse acervo foi constituído no IPPUR/UFRJ ao longo de 30 anos, a partir de diversas fontes: arquivos colecionados pela CPT – Comissão Pastoral da Terra; material oriundo

¹¹ É importante marcar aqui que esses registros (em forma de boletins e folhetos), que tinham como principal objetivo denunciar posicionamentos e estratégias exercidas pela Eletronorte, não foram publicizados amplamente. Foram socializados entre os seguidores e aliados dos movimentos embrionários de resistência nos focos locais e regionais.

da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); diversos documentos (relatórios, boletins, folhetos) e gravações de entrevistas e de reuniões realizadas no âmbito da Comissão Mundial das Barragens (CMB), trazidos por pesquisadores engajados no estudo da UHE-Tucuruí, como Henri Ayselrad, Sônia Magalhães e Graça Silva; documentos que compõem os arquivos pessoais de ex-assessores (as) de organizações e movimentos (Aida Maria Farias da Silva, Raul do Couto e Felisberto Damasceno); documentos oficiais do Setor Elétrico que pertencem ao Museu da Memória da Eletricidade (RJ); arquivo de fotos tiradas pelos fotógrafos Miguel Chikaoka e Mauro Ribeiro e repassadas por atingidos pela usina hidrelétrica; gravações de entrevistas realizadas por José Carlos Matos com lideranças locais e regionais, além de técnicos (as) de organizações de assessoria, em agosto e setembro de 2017 e abril de 2018; e palestras realizadas por lideranças e ex-técnicos (as) de organizações locais durante o Seminário “Tucuruí: Memórias de uma luta em curso” (Auditório de Geociências, UFF, Belém: Pará, 24 de abril de 2018).

Aqui, os conjuntos documentais que integram esse acervo são concebidos como um campo etnográfico.¹² Isso nos leva a adquirir uma compreensão dos arquivos não apenas enquanto repositórios de informações sobre os outros, mas como fontes que falam e que devem ser ouvidas, a partir de um diálogo que descortina várias camadas de interpretação. Ressalta-se que o foco analítico e empírico deste estudo recai sobre os contextos – social, político e cultural – da produção documental. Sendo assim, a observação minuciosa das lógicas que orientam a veiculação de conteúdo e suas formas de transmissão inegavelmente fará parte deste exercício de observação, descrição e interpretação das vozes canalizadas através do material analisado.

Nesse processo de constituição de uma narrativa das experiências associadas à implantação da UHE-Tucuruí, são reveladas diferentes representações, expressas através de distintas periodizações, recortes temporais e práticas de seleção de eventos. As divergências, que são inerentes a qualquer processo organizativo, a partir das diversas vertentes que o movimento em si engloba, serão também devidamente consideradas.

¹² “Entre os lugares que os antropólogos têm ido quando vão para o campo, está o arquivo”. A provocação de Mary Des Chenes (1997, p. 76) capta bem as transformações que vêm alterando a face da antropologia desde os anos 80. O trabalho de campo, enquanto um estudo profundo e contínuo, baseado na interação e observação de microssociedades não ocidentais, se tornou o modo padrão da pesquisa etnográfica, sendo considerado um dos alicerces da disciplina desde o início do século XX. No entanto, a partir dos anos 80, ampliaram-se as experimentações metodológicas nos modos de conceber e realizar pesquisas etnográficas, o que permitiu o reconhecimento do arquivo enquanto um locus privilegiado de interlocução com o objeto de análise.

ALGUNS PONTOS PRELIMINARES: A ELASTICIDADE DAS NOMEAÇÕES – DE “EXPROPRIADO” A “ATINGIDO”

Neste trabalho, busca-se destacar a maleabilidade das categorias identitárias, um elemento que se torna mais acentuado de acordo com o fluxo de acontecimentos que eclodiu nos territórios atingidos. Como referência, segue-se a leitura de Weber (1987), que parte de uma noção da identidade não enquanto uma ideia descritiva ou naturalizante, mas como uma categoria afirmativa e propositiva, que vai se consolidando a partir da construção de um repertório¹³ de ações coletivas, inaugurado quando acontece um evento de ordem “extraordinária” (DAS, 1996),¹⁴ como a instalação da barragem em Tucuruí.

As diferentes denominações – desde “expropriados” até “alagados” – são dispositivos invocados no decorrer das interações, a partir de um jogo de interesses que transcorre entre diversos atores sociais. Tal reflexão nos remete ao trabalho de Faillace (1990), que analisa os termos utilizados tanto para a área territorial quanto para a população, no contexto da barragem de Itá (RS/SC). A autora alerta para o alargamento do significado do termo “atingido”, a partir de uma problematização da noção inicialmente introduzida pela Eletrosul, que se restringe à relação unilateral dos sujeitos com a unidade produtiva – “terras” ou “propriedades.” Ela revela o dinamismo inerente à evolução do conceito de “atingidos”, que “é redimensionado pelos camponeses e ultrapassa o limite das águas da barragem para se referir a aspectos de sua organização social que lhes são importantes” (FAILLACE, 1990, p. 236).

¹³ Parte-se da ideia de “repertório”, apresentada por Sidney Tarrow e Douglas McAdam, enquanto “mecanismos dinâmicos que colocam em interação variáveis como oportunidades políticas, peso da mudança social, estruturas de mobilização, ações transgressoras e quadros explicativos (framings)” (MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C., 2001). Repertórios se inserem dentro de processos, que McAdam (2001) chama de “processos políticos contenciosos”, de modo que, de acordo com o próprio autor: “movements frame specific grievances within general collective action frames which dignify claims, connect them to others and help to produce a collective identity between claimants” (McAdam, 2001, p. 41). Sigaud (1988) afirmava, no caso da implantação da barragem em Sobradinho e suas repercussões, que “a invasão inaugurou uma modalidade de ação que não estava inscrita no repertório de ações daquele mundo” (SIGAUD, 1988, p. 104). Por assim dizer, a pesquisadora sinalizava que os impactos desencadeados pelos grandes projetos de desenvolvimento geraram uma alteração tanto na natureza das reivindicações incorporadas nas pautas políticas dos camponeses, quanto nas estratégias e táticas empregadas por eles.

¹⁴ DAS (2008) define o plano do “extraordinário” como “o lugar das crises e momentos críticos”, que se destaca do plano “ordinário” da vida cotidiana, onde sucedem os acontecimentos corriqueiros. Por certo, um acontecimento como a construção de uma usina hidrelétrica e seus efeitos socioambientais pode ser tomado como um evento crítico, que pertence à ordem extraordinária da vida social.

Como veremos ao longo deste artigo, “atingido” é uma categoria em disputa (Vainer, 2008)¹⁵, uma vez que as nomeações vão sofrendo transformações ao longo dos anos para se adequar melhor à posição política que o grupo adquire e aos interesses de cada ator social que se envolve diretamente com a construção dessas nomenclaturas. É interessante observar, por exemplo, que quando examinamos os documentos oriundos dos movimentos sociais dos anos 80 a 85, aparece com frequência a categoria “desapropriado” ou “expropriado,” o que faz sentido diante de uma leitura do mundo empresarial como usurpador das terras, que se engaja em um processo violento de “desapropriação” em nível territorial. A frequência desse termo provavelmente deriva de sua potência política, pelo fato de que denota o desenraizamento desses povos que foram literalmente tirados de sua base territorial.

De acordo com Aida Maria Farias da Silva, assessora que deu suporte para os grupos atingidos no período de 1981 a 1989, a nomeação da “Comissão dos Expropriados” mudou para “Atingidos” quando as pessoas “da jusante, abaixo do rio, abaixo da hidrelétrica” (CORRÊA, 2009), cuja maior parte se identificava enquanto comunidades indígenas, ribeirinhas e de pescadores, passaram a se juntar à população situada a montante e se inserirem na plataforma de reivindicações em meados dos anos 80. Anteriormente a essa fase, a ex-assessora destacava a existência de “duas pautas” de acordo com um recorte geográfico: “uma pauta de baixo” e “uma pauta de cima” (Entrevista realizada em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF). Havia uma distinção entre a população afetada diretamente, localizada ao redor do lago, e “as famílias na região jusante embaixo da barragem”, que formalmente não faziam parte da área de intervenção da Eletronorte, uma demarcação que foi reforçada nos estudos rotulados como “preliminares”, “os Estudos de Inventário e Viabilidade”¹⁶, realizados no final dos anos 70.

¹⁵ No artigo “Conceito de ‘Atingido’: Uma Revisão do Debate” (2008), Vainer analisa as evoluções no termo “atingido” ao longo do tempo, sob a ótica do Setor Elétrico. De acordo com o autor, o conceito de “atingido” foi primeiramente abordado a partir da concepção territorial-patrimonialista, o que constituía a base das políticas indenizatórias; em um segundo momento, o “atingido” foi reconhecido a partir de uma concepção hídrica, como “inundado”, o que engloba outras categorias que não tinham sido consideradas anteriormente, como “posseiros” e “meeiros”; e finalmente, a partir da segunda metade dos anos 80, a legislação ambiental emergente provoca um redimensionamento do conceito para além daquele deslocado meramente por conta do reservatório, de modo que fossem incorporadas as mudanças sociais, culturais e econômicas no quadro analítico.

¹⁶ Os “Estudos de Inventário e Viabilidade” fundamentaram os Projetos Básico e Executivo da UHE-Tucuruí no início dos anos 70. Esses estudos foram realizados a partir de um consórcio firmado entre as instituições Engevix e Ecotec em 31 de julho de 1972, e foram apresentados formalmente ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) em 1974, junto com o pedido de concessão para a exploração do potencial energético do rio Tocantins no ponto estudado.

Assim, no final dos anos 80, o termo “atingidos” passou a denotar o processo de ampliação do grupo de pessoas que sofreram com o alagamento da região – direta ou indiretamente –, como foi denunciado em alguns documentos produzidos nessa época. Na década de 90, quando os vínculos entre a Comissão dos Atingidos pela Barragem (CAHTU) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se tornaram mais estreitos, houve uma ressignificação do termo “atingido” a partir da politização de um discurso que tinha como esquema referencial um quadro analítico mais abrangente, no qual as reivindicações foram recontextualizadas dentro de uma linguagem militante que criticava, de forma veemente, as estruturas que sustentam sistematicamente práticas de expropriação material e desestabilização sociocultural das populações direta e indiretamente afetadas.

MUDANÇAS NOS FOCOS E NAS ESTRATÉGIAS DAS MOBILIZAÇÕES DOS GRUPOS DE ATINGIDOS

Ao analisar as configurações organizacionais dos atingidos, desempenha-se um olhar acurado sobre dois marcos que incidiram nessas trajetórias coletivas, sinalizados a seguir: (i) a ocorrência de alterações significativas em suas estratégias e ferramentas de luta, implicando novas formas de construir seus repertórios de ação política; e (ii) o surgimento de novas problemáticas no cenário sociopolítico que demandaram novas respostas, acarretando uma mudança nos focos temáticos postos em destaque dentro de suas ações coletivas. Por serem movimentos plurais, assentados em contextos sociopolíticos bastante oscilantes, pode-se afirmar que as instâncias criadas e as problemáticas que enfrentavam eram fortemente marcadas pelos fluxos temporais. Portanto, são configurações organizacionais suscetíveis aos novos contextos e situações.

Novas ferramentas de luta: O alcance do dispositivo “acampamento” nos embates e nos processos conciliatórios com o Setor Elétrico

Ao analisar detidamente o cenário de lutas travadas pelos grupos de atingidos, destaca-se o dispositivo “acampamento”,¹⁷ que, de acordo com os relatos dos movimentos

¹⁷ “Acampamento” pode ser definido como uma “unidade de mobilização” (ALMEIDA, 2008), constituída pelos moradores das áreas atingidas pela hidrelétrica, que se expressa por meio da permanência mais duradoura dos agentes sociais nas instituições públicas responsáveis pela gestão da obra e diretamente envolvidas nas negociações em torno de indenizações e reassentamentos. Nesta seção, serão explorados os

embrionários de atingidos, representou um divisor de águas no processo de mobilização social. A potência desse mecanismo de ação política deriva de sua apropriação como um último recurso que, segundo os atingidos, deveria ser ativado apenas em caso de situações-limite, perante o esgotamento de outras estratégias e recursos.

Um sinal de esgotamento dos recursos utilizados até então era o não cumprimento das decisões acordadas entre o Movimento dos Atingidos e o Setor Elétrico, nas reuniões de negociação¹⁸ que foram levadas a cabo até setembro de 1982, cuja maior parte focalizava medidas de indenização dentro de um processo de deslocamento compulsório. Nos diversos comunicados, os grupos de atingidos expressavam sua frustração diante de suas diversas tentativas afanosas e improficuas de “atingir” a Eletronorte, seja por meio de cartas,¹⁹ atas ou reuniões presenciais, com diálogo e negociação,²⁰ que, no entanto, não desencadearam repercussões nas posturas do Setor Elétrico, o que levava a uma reflexão sobre as limitações do repertório de ações que tinha servido como uma base para o movimento de resistência desde sua fundação (Arca, setembro de 1982; Tucuruí Urgente, 1981). Portanto, para entender a eficácia do acampamento enquanto estratégia de

paralelos entre essa conceituação e aquela trazida por Sigaud (2000, 2010) no contexto das lutas pela terra no território brasileiro.

¹⁸ Vainer (VAINER; ARAUJO, 1992) aponta que a adoção de uma tática de tratamento “caso a caso” (proprietário por proprietário) por parte do Setor Elétrico tem sido uma forma de repelir a validade de processos coletivos de negociação. De acordo com esse autor, trata-se de “uma prática constante do Setor Elétrico, na esperança de que a recusa em se sentar à mesa de negociações acabe por inviabilizar a legitimação da representação e, em consequência, deixe o campo aberto aos acordos individuais” (VAINER; ARAUJO, p. 23, 1992).

¹⁹ Merece destaque uma carta em particular que foi emitida em fevereiro de 1982 pela Comissão dos Atingidos pela Eletronorte de Itupiranga e que adotou uma abordagem bem diferenciada das explicitadas nas cartas enviadas anteriormente. O título do documento – “Tentativa de humanizar a Eletronorte” – transmite a ideia de que os atingidos estavam se engajando em um esforço de criar outras estratégias de intervenção, que iam além das formas mais padronizadas de pressão coletiva. Essa carta propunha uma nova tática revestida de interesse coletivo: a humanização de um “ente personificado”, que é a empresa, tido por todos (as) como “impessoal” e “desumano”. Foi lançada com o principal objetivo de devolver informações referentes a mais de 500 famílias prejudicadas, somente no município de Itupiranga, a partir de uma consulta com 26 perguntas aplicada por essa Comissão. Como foi expresso na própria carta, o objetivo era utilizar os dados concretos angariados em tal pesquisa como uma estratégia de sensibilização, em vez de apenas apresentar uma listagem de reivindicações, como tinha sido feito nos documentos anteriores. Tal tática representava uma aposta na capacidade de provocar empatia e solidariedade naquelas instituições, diante das realidades adversas que as populações atingidas enfrentavam em função do deslocamento compulsório.

²⁰ Aida atesta que, no início dos anos 80, durante a vigência do regime militar, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que tinha tido uma experiência anterior no Nordeste no que tange ao processo de organização dos atingidos por barragens, exercia um papel de mediação nessas tentativas de diálogo com o Setor Elétrico e autoridades governamentais em Brasília (Entrevista concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF). Portanto, a Delegacia Sindical, criada a partir da mobilização dos atingidos, em 1985 e 1986, e retratada como “uma estrutura de base” com “a estrutura de ser um Sindicato” – que, porém, “não era um sindicato porque os sindicatos estavam na mão dos militares” (Idem, 2017) –, solicitava a presença da Contag nas negociações em diversas ocasiões.

mobilização social, é importante se debruçar sobre os mecanismos de ação política que antecederam sua utilização nessa fase inicial do processo organizativo (1979-1982).

A primeira bandeira de luta assumida amplamente pelos movimentos embrionários evocava a noção de “indenização justa” pelas terras e benfeitorias por meio da introdução, nos diversos documentos produzidos e disseminados, das seguintes palavras de ordem: “terra por terra”, “casa por casa, vila por vila”. Essas palavras de ordem eram articuladas a partir da concepção de que deveria existir uma equiparação nas situações que demandavam algum tipo de compensação, como é perceptível em um dos primeiros abaixo-assinados²¹ direcionados às autoridades municipais, estaduais e federais por parte de moradores de Tauri e Ipuxina, localizados no baixo Tocantins e pertencentes ao município de Itupiranga, Pará, em 1979. Seguindo a linha de pensamento posta por Fraser (2000), é possível ver de que maneira a palavra “justiça”²² foi ressemantizada nas mobilizações protagonizadas pelos atingidos, dentro de um horizonte que visualizava o acesso à terra como um condicionante, atrelado a determinados critérios (como a proximidade ao lago),²³ no intuito de garantir-lhes reprodução social enquanto produtores rurais.

Os empecilhos nos processos de negociação estavam relacionados aos significados atribuídos a cada uma das “palavras de ordem” que compunham a agenda política dos grupos de atingidos, as quais se diferenciavam drasticamente dos enquadramentos conceituais trazidos pelo Setor Elétrico. De acordo com Vainer (2008),

²¹ Os “abaixo-assinados” e “cartas” foram os primeiros meios utilizados para disseminação das pautas dos grupos de atingidos. A intenção deles, na opinião de um dos (as) entrevistados (as), era denunciar os abusos da empresa aos “olhos dos generais”. De acordo com Aida Maria Farias da Silva, nesses documentos, a população atingida “reclamava e contava o que estava acontecendo, pedindo assistência dos militares” (Entrevista realizada em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF).

²² Uma espécie de “justiça” reparadora, que se vincula ao “reconhecimento” das raízes estruturantes de sua condição social, constitui, de fato, a espinha dorsal dos seus discursos, que transparece nos documentos produzidos pelos grupos de atingidos no final dos anos 70 e no início dos anos 80. Particularmente no caso dos documentos produzidos nesse período, considerando as medidas de indenização implementadas pela Eletronorte dentro de um processo de deslocamento compulsório, merece destaque a primazia atribuída ao conceito de “justiça”, uma vez que repetidamente os documentos fabricados exigem que os processos, métodos e instrumentos a serem utilizados sejam justos, e que essa “justiça” seja costurada de acordo com os padrões estabelecidos pelos movimentos sociais nas suas bases.

²³ No seu estudo focado nas políticas de reassentamento dos vazanteiros em Sobradinho, Sigaud (SIGAUD, 1987) evoca os significados associados aos “lotes próximos à borda do lago”, em contraste com os lotes “de sequeiro”, mostrando de que maneira a falta de acesso à água é concebida como uma privação, já que a borda do lago é considerada “tão vital para a retomada do processo produtivo” (SIGAUD, 1987, p. 256). De acordo com a autora, o Setor Elétrico demonstra uma postura de unilateralidade subjacente à política de desapropriação, ao privar os vazanteiros de seus meios de sobrevivência a partir da “expropriação das possibilidades de acesso à água, que se expressa tanto na reduzida testada para o lago dos lotes de borda quanto ao confinamento da maioria ao sequeiro...” (Idem, p. 278).

a abordagem dos grandes projetos de desenvolvimento tem sido historicamente norteadas pela estratégia “territorial-patrimonialista”, quase sempre “indenizatória”, dentro da qual a população é tomada “como um obstáculo a ser removido, de modo a viabilizar o empreendimento” (VAINER, 2008, p. 41), por meio da negociação dos valores da desapropriação. Dentro dessa abordagem, constata-se uma tática de tratamento “caso a caso” (proprietário por proprietário) por parte do Setor Elétrico, o que, de acordo com Vainer (VAINER; ARAUJO, 1992), constituiu uma forma de repelir a validade de processos coletivos de negociação na maior parte dos casos que tratam de deslocamento compulsório. O autor afirma que o tratamento focado no indivíduo/unidade familiar constitui “uma prática constante do Setor Elétrico, na esperança de que a recusa em se sentar à mesa de negociações acabe por inviabilizar a legitimação da representação e, em consequência, deixe o campo aberto aos acordos individuais” (VAINER; ARAUJO, p. 23, 1992). Além dessa abordagem vertical, embasada no tratamento “caso a caso”, houve também manifestações de vários tipos de pressão, no intuito de forçar a subordinação dos grupos alvos às regras dos processos indenizatórios. Por exemplo, a ameaça de que “o dinheiro voltaria para Brasília” (Depoimento de Raul do Couto, no Seminário “Tucuruí: Memórias de uma luta em curso”, Belém, Pará, 2018) foi o caminho escolhido para que “a maior parte das famílias aceitassem a proposta”, uma vez que “no pleno regime militar, não tínhamos liberdade para nada” (Declaração de Maria Nercy Derze Gonçalves, moradora de Velha Jacunda e participante do Movimento dos Atingidos, no Seminário “Tucuruí: Memórias de uma luta em curso”, Belém, Pará, 2018).

Na contraposição da abordagem imposta verticalmente pelo Setor Elétrico, houve uma recontextualização das demandas, por parte dos atingidos, de modo que a “terra” e a “casa” eram abarcados como direitos a serem reivindicados a partir de definições elásticas e expansivas, possibilitando pensar além dos enquadramentos associados a cada uma dessas categorias analíticas e operativas. A seguinte frase, emitida pelos vazanteiros, expressa sua visão acerca do lugar no qual pretendiam ser reassentados: “E ao sair, exigimos um lugar igual ou melhor do que este: que apresente possibilidade de pesca, caça, colheita da castanha, com garimpo e terra para trabalhar” (Extra informativo Itupiranga, nº. 4, abril de 1979, p. 4). Percebe-se aqui de que maneira “terra por terra” envolve uma noção mais ampla dos usos dos territórios, como um suporte não apenas para a sobrevivência material e econômica, mas também como modo de replicação de tradições culturais de povos que possuem diferentes formas de se relacionar com a terra, como as comunidades ribeirinhas e vazanteiras. Ao evocar o lema “casa por casa”, os

agentes do Movimento dos Atingidos que redigiram o boletim Arca dos Moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí destrinçam seus entendimentos acerca dessa premissa: “Que a Eletronorte construa novas vilas com casas melhores ou iguais às anteriores, luz, esgoto, água, ruas e prédios públicos” (Arca dos Moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí, 1982 e 1983, p. 6). Aqui, também é perceptível uma visão mais ampla da moradia, que vai além da estrutura física de uma casa e engloba a infraestrutura do local que rodeia a habitação.

As concepções mais ampliadas desses conceitos-chaves – “terra” e “casa” –, que orientavam o ciclo de negociações protagonizadas pelos atingidos, sofreram uma espécie de reducionismo agrícola e setorial por parte do Setor Elétrico, no decorrer dos diálogos que transcorriam entre esses dois polos. Um ponto de constrangimento que vem à tona, por exemplo, a partir da palavra de ordem “terra por terra”, aparece na plataforma de reivindicações no documento elaborado pelos representantes dos grupos de atingidos em 12 de agosto de 1982, intitulado “Denúncia e Reivindicação da População dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e Moradores da Localidade da Rainha e Morajuba **Direta**, atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório”. Tal manifestação exprime claramente o incômodo com o tamanho dos lotes concedidos pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), que são inferiores aos módulos determinados para “pequenos agricultores da Amazônia” (de 21 alqueires) no Estatuto da Terra (Lei nº. 4.564) formulado em 1964. O que se testemunha é uma inflexão na inadequação de lotes de terra de 10 alqueires para o desenvolvimento de atividades agrícolas que não são padronizadas, isto é, que se embasam na diversificação da produção e na integração com outras atividades produtivas, como a pecuária. Na carta do Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte, elaborada em 13 de janeiro de 1983, constata-se a seguinte indagação: “Qual é a condição de um agricultor que tem culturas variadas e um início de pecuária desenvolver seu trabalho em lotes de 10 alqueires?”

Em suma, questionamentos como esses apontam para a necessidade de considerar fatores que intermedeiam a relação do produtor rural com a terra e afetam a rentabilidade de sua produção, como o tamanho e as condições dos lotes, a fertilidade das terras, sua proximidade dos rios, etc., levando em consideração a diversidade das atividades produtivas desempenhadas por esses grupos sociais e sua relação simbiótica com fatores

socioambientais. Em diversos comunicados e cartas que denunciavam o descaso da Eletronorte e do Getat, por não cumprirem com a designação do Módulo Rural da região para imóveis com exploração não definida, é interessante observar de que modo o Movimento dos Atingidos fez referência ao Estatuto da Terra, no intuito de se apoiarem em alguns preceitos que têm norteado o uso de diversas áreas para exploração econômica.²⁴

Assim, diante de tantas tentativas anteriores para sensibilizar e humanizar a Eletronorte, que não surtiram efeitos palpáveis, a motivação por detrás da realização dos acampamentos (sendo no total três, com curtos intervalos de tempo entre eles: setembro de 1982, abril de 1983 e outubro de 1984) era o anseio de finalmente provocar uma mudança na postura da empresa. Essa intenção se torna explícita nas palavras de Raul do Couto, ex-técnico da Comissão Pastoral da Terra da Prelazia de Cameté: “as pessoas ocuparam portas, estacionamentos, ocuparam as salas e, nesses três acampamentos, levou (sic) a Eletronorte a reconsiderar” (Entrevista concedida em 07 de agosto de 2017, Belém/PA). Indubitavelmente, essa estratégia de ação política direta suscitou um incômodo nas autoridades, justamente porque problematizou essa linha divisória entre esferas privada e pública, a partir da ocupação de espaços, além de sinalizar os limites dos processos de negociação pautados na troca de cartas e comunicados. As mobilizações dos atingidos sinalizavam sua frustração tanto com a falta de retorno diante dos comunicados e cartas (foram tantas cartas sem resposta), quanto com as promessas vazias que foram lançadas pelo Setor Elétrico, na tentativa de apaziguar aqueles que protagonizavam as lutas, mas que não foram cumpridas. Cumpre salientar aqui o fato de que o acampamento era emblemático de uma vertente de ação política bastante contenciosa, que explicitava uma retórica belicosa.

Ocupações e acampamentos deflagram uma dinâmica social que sustenta os movimentos, justamente porque fortificam sua força mobilizadora e reestruturam as relações com agentes do Estado e o Setor Privado (ROSA; SIGAUD; EMANDEZ, 2010).

²⁴ Cabe salientar algumas observações sobre o Estatuto da Terra, que foram sublinhadas pelo jornalista Luiz Flavio Pinto durante um evento realizado em Belém, em maio de 1984, pela CPI de Recursos Hídricos da Câmara Federal, e que auxiliam a compreensão sobre esse assunto. Pinto (2011) explica que “o Estatuto da Terra estabeleceu diversas áreas para o tipo de exploração econômica. Hortifrutigranjeiros são 5 hectares, área agrícola são 100 hectares”. No entanto, ele indica alguns problemas estruturantes do Estatuto que dificultaram sua vigência no território brasileiro: “O problema é que o Estatuto da Terra é uma lei filosófica, não é uma lei operacional, pelo menos grande parte dela não é (...)”. Assim, ele conclui que “o que houve desde então foi um descompasso filosófico brutal entre o espírito do Estatuto da Terra e o espírito desses atos administrativos e legislativos” (PINTO, 2011, p. 182).

De acordo com Sigaud, a “forma acampamento”²⁵ se constitui enquanto uma “forma social” que associa “performance e linguagens específicas”, de modo que permita “uma comunicação fluida” entre militantes, trabalhadores rurais e agentes de Estado (ROSA, 2010, p. 8). Cabe destacar alguns elementos que podem ser considerados fundantes à visão trazida por Sigaud acerca dos acampamentos: “a montagem dos acampamentos constitui uma linguagem simbólica, um ato fundador de pretensões à legitimidade” (SIGAUD, 2000, p. 293). De forma análoga aos acampamentos da reforma agrária, a modalidade “acampamento”, que passou a ser utilizada nas mobilizações dos atingidos a partir de 1982, forneceu uma base de diálogo com a Eletronorte e os órgãos estatais, que antes não tinha sido viabilizada, de modo que foi fomentado um espaço de interlocução mais produtiva entre várias instâncias interinstitucionais.

No caso do movimento de resistência à implantação da usina hidrelétrica em Tucuruí, pode-se vislumbrar o acampamento como uma modalidade de “organização espacial” repleta de “técnicas ritualizadas”, nos termos de Sigaud (2005, p. 16), que desencadearam reações e efeitos dentro de uma montagem bastante performática, carregada de elementos marcados por forte simbolismo. Assim, cada um dos acampamentos operacionalizava um arcabouço metodológico, no qual a ação de ocupação geralmente era seguida de um processo intenso de negociações com a Eletronorte, durante o qual a Comissão Central atuava como a porta-voz da categoria de “expropriados”, “desapropriados” ou “atingidos”²⁶.

Um ato político, como um acampamento, ganha força em função da consistência das negociações realizadas durante ou logo após sua ocorrência. O êxito dos acordos costurados entre ambas as partes depende de um trabalho de monitoramento dos encaminhamentos no período logo após sua realização. No caso do primeiro acampamento, entre dezembro de 1982 e abril de 1983, nota-se a falta de diálogo entre o Setor Elétrico e a Comissão Central do movimento, que se encarregava das negociações, o que em grande parte explica a necessidade sentida pelas mobilizações dos atingidos de

²⁵ Nos seus diversos trabalhos, Sigaud (2000) ressalta a eficácia do acampamento como estratégia que possibilita uma interlocução inédita entre trabalhadores (as) rurais e órgãos do Estado. De acordo com Sigaud (2000), “a forma acampamento” “trata-se de um modelo engendrado no Sul do país, ao longo do processo que desembocou na constituição do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra” (SIGAUD, 2000, p. 18).

²⁶ Vale lembrar aqui de novo a flutuação nessas categorias identitárias, que se reflete nas alterações das nomeações, as quais se transmutam de acordo com o contexto sociopolítico, os jogos de poder em operação e os interesses de cada ator social, um ponto que já foi mencionado no início deste texto.

efetivar o segundo acampamento em abril de 1983. Foram nesses intervalos entre atos diretos de resistência, via estratégia de acampamentos e diálogos forjados em mesas de negociação, que a validade dos acordos firmados foi posta à prova. Cabe salientar que os compromissos assumidos em negociações anteriores e não cumpridos se transformam no ponto de partida para qualquer cobrança, exigência ou reivindicação, todas as quais são externalizadas por meio de diversas táticas de pressão política.

O potencial subversivo da modalidade “acampamento” enquanto estratégia de ação política começou a surtir efeitos, como é perceptível no comentário feito pelo diretor de suprimentos da empresa Eletronorte, o Coronel Newton B. Barreiras, durante uma reunião realizada em 13 de janeiro de 1983, quando “fez ameaças às lideranças comunitárias”. Nessa ocasião, o Coronel declarou que “tomaria medidas extremas caso o movimento tentasse qualquer incitação em nível nacional” (Carta do Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte, 13 de janeiro de 1983, p. 9). Aqui, testemunha-se o receio por parte da Eletronorte de que pudesse haver uma ampliação desse movimento de resistência, de modo que, gradativamente, ultrapassasse os focos locais e se articulasse com outras instâncias em nível nacional.

Da mesma forma que se observa no contexto dos acampamentos montados pelo Movimento Sem Terra no período de 1960 a 1980, gradativamente os acampamentos na região de Tucuruí foram incorporados, pela empresa Eletronorte e pelas agências governamentais aliadas a ela, como configurações legítimas de reivindicação. À luz dessa reflexão sobre a evolução dos processos organizativos, cumpre destacar de que maneira a Comissão Central ou Comissão Representativa,²⁷ um espaço de decisão que se consolidou nos anos 80 com o principal objetivo de encaminhar o planejamento de ações que se efetivava nas Assembleias e comandar a interlocução direta com Brasília, foi adquirindo potência enquanto um ambiente de negociação a partir da realização dos acampamentos. Nota-se que a contar do segundo acampamento, a Eletronorte começou a se dirigir, em alguns documentos, diretamente à Comissão Representativa,²⁸

²⁷ Para entender melhor a função da Comissão Central ou Comissão Representativa, é importante situá-la dentro da estrutura organizacional que foi se configurando no início dos anos 80, composta das seguintes instâncias inextricavelmente imbricadas: (a) a Assembleia: espaço de participação, com uma representação ampla das bases, no qual se prioriza o planejamento das ações e a definição dos encaminhamentos; (b) as Comissões: espaços respaldados pelas Assembleias, que contavam com a representação dos grupos de base de cada localidade; (c) o Comitê Central ou Comissão Representativa: espaço de decisão que se consolida a partir das representações nas Comissões Locais, com o objetivo de intermediar as negociações com as autoridades estatais e empresariais.

²⁸ É interessante observar de que modo as nomeações foram se modificando a partir da ampliação e diversificação dessas instâncias organizativas. Após o terceiro acampamento, em 1984, a Comissão Central tornou-se “Comissão Representativa dos Colonos Expropriados”, o que coincidiu com um processo de

reconhecendo-a como um espaço legítimo de interlocução com os expropriados. Essa legitimação formal do papel da Comissão Representativa pelas autoridades políticas moldou também o tom das negociações, que passaram a ser mais consistentes e frutíferas, provenientes dos atos públicos espontâneos.

Novas problemáticas e novas respostas: mudanças nos focos temáticos das reivindicações

Os documentos produzidos a partir do ano de 1985 mudaram de foco perante o surgimento de novas problemáticas que trataram frontalmente das condições socioambientais e dos fatores relacionados a elas. Sendo assim, as demandas expressas não se amarram às reivindicações mais antigas e emblemáticas, como “terra por terra” e “casa por casa”. Obviamente, essas demandas perduram como pano de fundo, mas, com a intensificação dos problemas socioambientais entre 1985 e 1990, há um deslocamento para novas problematizações dentro dos repertórios de ação política.

Na medida em que a população atingida desenvolveu uma consciência acurada sobre a cadeia de causas e efeitos de cunho social e ambiental, deflagrada pela obra hidrelétrica, é importante salientar que dois fenômenos desempenharam um papel primordial: primeiramente, o alagamento e, em seguida, a “crise” dos mosquitos.

O alagamento aconteceu em 1985, em algumas áreas de reassentamento, no momento de fechamento do reservatório, em função da subida da água seis metros acima do planejado, e chegou a impactar 1500 famílias além do número originalmente previsto. No Ofício nº. 35, elaborado em 27 de março de 1985, os movimentos expressaram seu “lamento pela irresponsabilidade da Eletronorte, que se caracteriza pela incapacidade de seus técnicos em prever a área a ser atingida pelo lago, reassentando 50% da população rural em área inundável” (Ofício nº. 35, 27 de março de 1985, p. 2). Em meados dos anos 80, observa-se de que modo a alegação feita por parte dos Movimentos dos Atingidos de que “a vida das pessoas está muito pior depois do alagamento” é corroborada, uma vez

ampliação e diversificação dessa categoria estrutural. Esse processo de ampliação é concernente à afluência entre diversos movimentos e segmentos que antes não faziam parte daquele movimento organizativo, como os sindicatos e os grupos sociais que habitavam a região da jusante. O fato de os diretores do sindicato serem simultaneamente membros da “Comissão Representativa” certamente incidiu na natureza das negociações e nas repercussões das propostas encaminhadas (“Relatório: Encontro de Trabalhadores”, dias 3, 4 e 5 de maio de 1985).

que tal fenômeno²⁹ está associado a uma cadeia de acontecimentos perniciosos que foram desencadeados no período após o enchimento do reservatório. Assim, percebe-se de que maneira se sedimentou um elo de ligação entre a inundação e as questões socioambientais.

Outra bandeira de luta que reforçou a temática ambiental dentro da agenda política do Movimento dos Atingidos foi a proliferação incomum de mosquitos. Tal acontecimento foi registrado, nos documentos produzidos pelos movimentos, como uma “crise”, que ocasionou o êxodo das famílias, que, por sua vez, abandonaram seus lotes ou os venderam “por preço irrisório” (MAGALHÃES, p. 93, 1991), indo para outros repartimentos ou para os núcleos urbanos. A praga dos mosquitos se iniciou no final de 1984, quando ocorreu o represamento do rio, surgindo na zona rural de Novo Repartimento e, de forma mais intensa ainda, na Gleba Parakaña,³⁰ onde se estendeu até os anos de 1994 e 1995. Desde o início, os movimentos sinalizaram que o criadouro dos mosquitos era o lago da UHE, o que evidenciou o papel da Eletronorte e de suas instituições parceiras na ocorrência desse fenômeno.

No que diz respeito às estratégias de atuação das mobilizações de atingidos a partir dessa “crise” dos mosquitos, cumpre salientar algumas formas de pressão mais diretas, como um acampamento dos expropriados no portão principal da Eletronorte, que teve destaque na imprensa local e nacional. De acordo com algumas lideranças, esse ato político foi determinante para a criação de uma Comissão Interministerial Pró-População a Montante de Tucuruí, em 1992, como uma resposta institucional por parte do Presidente da República.

O relatório produzido por essa comissão, que apresentou conclusões sobre as causas da praga de insetos, foi apropriado pelos Movimentos dos Atingidos como arma de sua luta política, servindo como uma base de subsídios para suas estratégias discursivas em diversos documentos fabricados posteriormente. Vale ressaltar alguns elementos do relatório que apontam para as conexões entre a “crise” dos mosquitos, a inundação da margem do lago e “a proliferação de uma vegetação aquática flutuante, macrófita”

²⁹ É importante sinalizar que quem era rotulado como alvo indireto dos efeitos da barragem passa a ser considerado um alvo direto a partir do enchimento do reservatório e da inundação das águas acima do nível previsto. Isso nos leva a uma reflexão sobre o manejo da categoria “atingidos” pelas autoridades do Setor Elétrico, a partir de uma previsão de “efeitos diretos” ou “indiretos” dessa obra, que são suscetíveis a fatores imprevisíveis.

³⁰ Cabe salientar que mais ou menos 706 famílias camponesas foram direcionadas, em 1981, para a Gleba Parakaña, que, conseqüentemente, se tornou o maior polo de realocação rural. De acordo com Magalhães (1991), “os camponeses, deslocados para a Gleba Parakanã eram, em sua maioria (...) migrantes vindos dos mais diferentes pontos do país, como Santa Catarina, Goiás, Maranhão etc., e que na década de 70, levados pelos incentivos do governo federal, deslocaram-se para a Amazônia, onde tinham promessas de oferta de terras e subsídios à agricultura e à moradia” (p. 96).

(ACSELRAD & SILVA, 2004, p. 9). Tal vegetação é apontada como a origem do advento desses mosquitos “na reentrância da margem do lago” (Idem, p. 9). No relatório da Comissão Interministerial Pró-População a Montante de Tucuruí (1992), com base em uma entrevista efetivada com um líder sindical, morador do Rio Gelado³¹ em março de 1996, verifica-se a confirmação da hipótese apresentada, revelando que as falhas no trabalho de desmatamento pela instituição encarregada de tal tarefa – a empresa Capemi³² –, resultaram no acúmulo dessa vegetação flutuante e submersa no lago em 1983. De acordo com o boletim A Voz dos Jovens, da Pastoral Juvenil de Abaetetuba, produzido em julho de 1984, “a vegetação submersa irá apodrecer e se tornar gás sulfídrico, contaminando a flora, fauna e a vida de todos que vivem na região” (1984, p. 12)³³. A seguinte frase, que aparece na Carta do SRT à Prelazia de Cametá, é emblemática de uma leitura crítica acerca das repercussões negativas no meio socioambiental: “No fundo do lago estão quatro cidades e várias vilas, cemitérios, fossas” (Carta do SRT à Prelazia de Cametá, às entidades democráticas e às comunidades cristãs – 1987, p. 5). De forma categórica e incisiva, os depoimentos expostos aqui corroboram a hipótese de que os impactos nocivos que foram desencadeados e agravados, tanto pelo enchimento do reservatório quanto pelo alagamento da área, encontram sua fonte originária nos erros técnicos gravíssimos cometidos pela Eletronorte e pelas organizações e empresas aliadas a ela, algumas das quais foram contratadas para diversos serviços, entre eles o desmatamento da área atingida.

³¹ Cumpre destacar a citação desse líder acerca da cadeia de causas e efeitos da “crise” dos mosquitos: “... nós não temos dúvida, já está comprovado tecnicamente, foi devido o (sic) enchimento do lago. Eles não desmataram a área. Tinha aquele projeto da Capemi, aquela história toda que não foi muito à frente...” (Acervo “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, Entrevista com líder sindical, morador do Rio Gelado, março de 1996).

³² Em uma entrevista concedida pela Aida, ela esclarece que “quem na época ganhou a concorrência para desmatar a área do que ainda tinha de floresta para formação do lago foi a Capemi, a caixa de pecúlio dos militares”. Ela considera que a Capemi falhou no processo de desmatamento da região a ser alagada, utilizando-se de produtos químicos como “Pó da China” e o “agente laranja”, que acabaram deixando a área “envenenada” (Acervo “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, Entrevista concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF).

³³ É importante ressaltar que essa denúncia sobre a conduta da Empresa Agropecuária Capemi foi incorporada na Audiência Pública sobre os efeitos da barragem de Tucuruí para a região Tocantina (1989), na qual foi apresentada uma série de acusações: (i) que a Capemi “iniciou o desmatamento utilizando herbicida contendo dioxina, que causou muitas mortes de pessoas, plantas e animais” (p. 2); e (ii) que “esse material orgânico tem poluído o rio Tocantins e afetado a economia e a vida da população ribeirinha que vive a jusante da barragem nos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro e Igarapé Miri” (Relatório de Denúncias das Manobras da Eletronorte, 1989, p. 2).

Como observa-se aqui, na produção documental, as lideranças dos movimentos sociais vêm formulando hipóteses que iluminam a teia de conexão entre um conjunto de acontecimentos: inundação, desmatamento, praga de mosquitos, surgimento de doenças e assim por diante. Essa leitura, sobre a interligação entre diversos conflitos socioambientais, ocupa um lugar de centralidade nos discursos e na agenda política dos movimentos, de modo que provoca o que Acselrad nomeia de “uma nova articulação ambiental do conflito”. Autores como Acselrad & Silva (2011, p. 68) apontam que, “embora utilizando ‘a questão dos mosquitos’ como uma pauta específica, o movimento organizado, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí e suas subsedes, colocou-se à frente das negociações, denunciando diferentes situações vivenciadas pela população desde o início do processo expropriatório” (2001, p. 68).

AS REAÇÕES DOS ATINGIDOS: A FORMULAÇÃO DE NOVAS RESPOSTAS DIANTE DO QUADRO SOCIOAMBIENTAL

Uma série de alterações ambientais, como a contaminação de algumas espécies de peixes, a mudança na cor da água, a diminuição na produção de cacau e açaí, o agravamento de doenças do aparelho digestivo e a invasão de insetos, todas elas agravadas na região do rio Tocantins depois da formação do lago, recaíram com mais intensidade sobre a população de jusante.³⁴ Isso certamente provocou seu maior engajamento nos atos públicos, reuniões e assembleias que foram realizados para tratar dessas questões a partir do ano de 1987.

O discurso de alguns segmentos também foi se moldando de acordo com o agravamento do quadro socioambiental no território afetado. Alguns grupos que ocupam a área de jusante, como os vazanteiros, sinalizavam seu estado de vulnerabilidade social perante alguns fenômenos socioambientais, tanto no que se refere à mudança na qualidade da água, que se revelou extremamente desastrosa para finalidades da pesca e irrigação, quanto em relação ao assoreamento dos rios, que acarretou perdas na produtividade em função da interrupção do fluxo de nutrientes nas regiões de várzea.

De acordo com técnicos da CPT que assessoravam o movimento naquela época, este ganhou força com a entrada do segmento da jusante, uma vez que “a população

³⁴ A população de jusante é descrita, em diversos documentos, como sendo de ocupação mais antiga e estável, em comparação com os outros segmentos. Nos documentos, a área de jusante é retratada como sendo habitada por um povo que cultivava relações com o meio natural, vive da pesca e se desloca por meio de transporte fluvial.

ribeirinha localizada na jusante da barragem tinha uma experiência maior de organização, vinda das comunidades de base e passando pela conquista das direções dos sindicatos, o que, sem dúvida, levou a resultados diferentes” (Ata da Reunião dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí, dias 12 e 13 de março de 1989, p. 7).

Em entrevista realizada com Felisberto Demasceno, ele cita o envolvimento de mais um ator social nessa fase “final da luta”, durante meados dos anos 80: o setor acadêmico, englobando a Universidade Federal do Pará e alguns núcleos de pesquisa (Acervo “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, Entrevista concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF). De acordo com ele, os (as) pesquisadores (as) e professores (as) dessas instituições acadêmicas “vieram em apoio”, para fazer “alguma discussão sobre o que aconteceria a Tocantins com o fechamento do rio”. De certa maneira, alertaram os grupos sociais sobre alguns impactos que poderiam se tornar perceptíveis no futuro próximo, como o desaparecimento de algumas espécies de peixes e a salinização da água do rio Tocantins.

A pressão política exercida pelos sindicatos e pelos movimentos de pescadores e vazanteiros organizados que habitavam a região “abaixo da barragem” – a jusante – foi canalizada por meio de uma série de reuniões, a partir de março de 1987, com a Eletronorte e a empresa responsável pela realização de pesquisas socioambientais, a Engevix. Essas reuniões de negociação tinham como finalidade tanto “discutir os efeitos da barragem” quanto “exigir pesquisas de água, plantas e peixes” (Ata da reunião dos atingidos pela barragem de Tucuruí, 12 e 13 de março de 1989, p. 8).³⁵

A atestação científica era o caminho indicado para pressionar a formulação e a implementação de providências políticas por parte do governo e da Eletronorte. Isso fez com que a “luta por pesquisas e estudos” sobre os impactos socioambientais se tornasse

³⁵ Cabe aqui sublinhar uma crítica que foi expressa pelos atingidos e seus assessores no bojo desse processo de negociação em torno da realização de “pesquisas e estudos”: a falta de análises que pudessem ter previsto os impactos ambientais durante a etapa inicial da implementação da obra hidrelétrica. Aida, ex-técnica do CPT, foi bastante incisiva em suas críticas à Eletronorte em razão da implementação de ações de reassentamento sem terem sido feitos estudos prévios de “impacto ambiental e social”: “(...) Parecia tudo muito novo pra (sic) Eletronorte. Ela, (sic) como não tinha estudos, foi feito na marra (sic) assim, foi feito um estudo de viabilidade técnica sem estudo de impacto ambiental e social. Demoraram a ver com clareza onde é o impacto, que impacto? Não existe. Tu pega (sic) os estudos do Tucuruí, existia apenas os estudos de viabilidade Técnica. Esse rio tem viabilidade pra (sic) ser uma grande barragem por essa e essa razão. Não existia paralelo a ele nenhum estudo de impacto ambiental de nada. (...) E aí, ela não tinha. Como ela não tinha, ela não conseguia prever” (Entrevista realizada em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF). Considerando seu ponto de vista, se tivessem sido implementados estudos ou pesquisas focados nos aspectos socioambientais durante o processo inicial de mapeamento da área de intervenção em 1979, teria existido um maior respaldo para a busca de soluções durante as etapas posteriores.

o foco central da plataforma de reivindicações e do plano de ações em meados dos anos 80. Houve um engajamento bastante acentuado dos (as) integrantes dos movimentos sociais na construção metodológica das pesquisas, na análise dos seus resultados, na elaboração de proposições para aliviar os danos ambientais e na implementação de medidas compensatórias durante essa fase da luta.

Cabe aqui uma reflexão sobre as implicações dessa nova fase do processo organizativo, deflagrada a partir das estratégias empregadas em relação aos impactos socioambientais da obra, muitas das quais eram centradas nas reuniões de negociação com a Eletronorte, a Engevix e as prefeituras. Os resultados gerados decorreram da força coletiva dessa diversidade de segmentos engajados na luta (desde a população da jusante até a população da montante), suscitando uma espécie de “efervescência coletiva” que se alinha à visão apresentada por Durkheim (1995; 1912) quando descreve os efeitos das ações coletivas. Em um relato acerca do processo organizacional vivido naquele período, um representante do STR de Cametá lembra da força coletiva expressa pelos movimentos envolvidos, que “não abriram mão até que eles realizassem as pesquisas”, obtendo como resultado final “os convênios que estão fazendo com os prefeitos”, em torno de ações de assistência para a população. Essas ações assistenciais tiveram como foco principal o combate ao aumento de diversas doenças relacionadas à qualidade da água após o fechamento da barragem (Ata da Reunião dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí, 12 e 13 de março de 1989).

Essa insistência, tanto na concretização de ações que pudessem medir os efeitos dos problemas socioambientais, quanto na proposição de medidas compensatórias que chamavam atenção para a “responsabilização” de vários atores sociais (prefeituras, Eletronorte e Engevix), contribuiu para aglutinar os (as) integrantes do Movimento dos Atingidos e fortalecer seus vínculos com base na construção de uma “unidade moral e cognitiva” (DURKHEIM, 1995; 1912).

CONCLUSÕES FINAIS

O presente texto procurou identificar as designações dos diferentes grupos que se reconheceram e foram englobados na condição de atingidos – “vazanteiros”, “ribeirinhos”, “posseiros”. A partir da relação que haviam construído com os territórios impactados pela UHE-Tucuruí, receberam diversas nomeações de acordo com o contexto e a conjuntura – “expropriados”, “desapropriados”, “alagados”. Da mesma forma que houve modificações nas estratégias, focos temáticos e ferramentas de lutas desses

segmentos que fizeram parte do Movimento dos Atingidos, também houve alterações em sua composição, a partir da ampliação do processo de territorialização e da incorporação de demandas específicas, relacionadas com as distintas formas de conviver com os fluxos do rio Tocantins. Observa-se uma transmutação em seus arranjos organizacionais ao longo do tempo, de modo que os grupos foram aperfeiçoando suas instâncias de representatividade e seus meios de interlocução perante o Setor Elétrico. A seguir, serão sublinhados alguns aspectos dessas transformações.

No que diz respeito às estratégias organizativas, houve uma mudança marcante quando se optou pela estratégia de acampamento no início dos anos 80, sinalizando a priorização de enfrentamentos diretos e negociações face a face depois de vivenciarem um fluxo de comunicação truncado e interditado, por meio da troca de cartas e comunicados e da realização de algumas reuniões pouco frutíferas. O mecanismo do acampamento foi determinante no reconhecimento da legitimidade das demandas apresentadas pelos grupos de atingidos e na aceitação formal das instâncias criadas por eles para viabilizar os processos de negociação.

Observa-se também, nesse período, uma mudança nas formas de organização social do Movimento dos Atingidos, que passou de uma fase inicial de expressões incipientes e embrionárias, com foco em localidades específicas (Repartimento e Itupiranga),³⁶ para sua junção em Coletivos com distintas nomeações: “Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte” (1983); “Comissão Representativa dos Colonos Expropriados” (1983); e “Comissão dos Atingidos pela UHE de Tucuruí – CAHTU”³⁷ (1989). Na primeira fase de mobilização (1979 a 1982), é importante sinalizar alguns fatores que coadunavam com os entraves que surgiram no campo da articulação política, relacionados às alianças que poderiam ser forjadas naquele contexto restritivo do regime militar. Uma vez que os sindicatos eram enquadrados como “pelegos” nos discursos dos atingidos, o que evidentemente se remete às condições árduas da ditadura, que limitou o

³⁶ De acordo com Aida Maria Farias da Silva, esse período inicial foi um “momento mais efervescente”, que coincidiu com “a falta de uma estrutura social” que pudesse representar essa categoria institucionalmente perante as instâncias governamentais e empresariais. É interessante observar de que modo Aida relaciona a organicidade e “efervescência” dos movimentos embrionários com sua apartação das estruturas formalizadas.

³⁷ A fundação da CAHTU foi registrada no “Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí” (12 a 16 de maio de 1989), e representou um passo importante no fortalecimento do Movimento dos Atingidos em nível regional no intuito de interligar mais efetivamente esse movimento, localizado no território circunscrito de Tucuruí, com articulações nacionais.

exercício de sua autonomia na atuação política, cumpre ressaltar que a Igreja, especialmente a Prelazia de Cametá,³⁸ e os movimentos pastorais com um forte teor religioso (*i.e.* CPT – Comissão Pastoral da Terra; e o CIMI – Conselho Indígena Missionário) foram citados como sendo os únicos apoios institucionais até “ganhar todos os sindicatos, o que foi um tempo lento (*sic*), uma vez que levaram 7 anos até conseguir o apoio do último sindicato de Igarapé-Miri, em 1987” (Entrevista com Aida Maria Farias da Silva, concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF).

Gradativamente, ao longo desse período, foi se consolidando um desenho organizacional mais estruturado, cujo centro correspondia a uma instância agregadora das diversas representações localizadas, que recebiam nomeações variadas de acordo com a época – desde “Comissão Central” até “Comissão Representativa”. Essas instâncias, que exerciam um papel de interlocução com as autoridades políticas e a empresa Eletronorte em nível nacional durante os processos árduos de negociação nos anos 80, foram fortalecidas a partir da realização dos acampamentos. Um marco no amadurecimento dos processos organizativos ocorreu no ano de 1989, quando a CAHTU foi criada, acarretando tanto um processo de ampliação dos seus quadros,³⁹ quanto a flexibilização dos processos de negociação, que, nesse período, deixaram de ser apenas restritos a diálogos bilaterais com a Eletronorte e passaram a ser interinstitucionais.

A última mudança que deve ser sinalizada se refere a uma alteração no conteúdo das reivindicações, o que implicou uma reformulação da agenda política, interferindo diretamente no rumo das negociações com o Setor Elétrico. Em 1985, com a transição democrática, houve uma ampliação nas bases dos movimentos a partir da junção entre a população de jusante e a de montante, o que provocou uma maior consciência dos impactos socioambientais da obra hidrelétrica. À medida que os atingidos costuravam ligações entre diferentes acontecimentos, que, à primeira vista, podem ser apontados

³⁸ Embora os primeiros indícios do processo organizativo acontecessem no contexto da ditadura, pode-se fazer uma leitura no sentido de que as instâncias religiosas conseguiram ter uma postura mais proativa justamente em função da “ascensão das comunidades eclesiais de base”, uma vez que a maior parte das igrejas na região “seguiram a teologia da libertação” (Entrevista com Felisberto Demasceno, concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF). Nas palavras de Felisberto Demasceno, advogado que deu apoio às 4.500 famílias expropriadas pela Eletronorte na área de formação do lago da barragem de Tucuruí nesse processo inicial de organização, os atingidos sentiram uma espécie de “proteção eclesial”, que lhes forneceu condições para “afrontar o regime” (Idem). Raul do Couto, ex-técnico da Comissão Pastoral da Terra e ex-integrante da equipe criada pela Prelazia de Cametá, explicita as outras formas de apoio fornecidas pelas instâncias religiosas naquele período: “era quem fazia o elo, quem captava recurso, quem fazia contato com a imprensa e tentava chegar na opinião pública” (Entrevista realizada em agosto de 2017, Belém, PA).

³⁹ Essa ampliação nos quadros se refere a um processo no qual a Comissão deixou de ser “uma comissão de agricultores” para ser composta por “representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais e pescadores”.

como desconexos, também começaram a traçar algumas estratégias que colocaram em cheque a postura institucional da Eletronorte e foram moldando sua ação intervencionista nos campos social e ambiental.⁴⁰ Nessa fase (1985 a 1991), houve alterações no tom das negociações e na natureza das reivindicações e exigências. As queixas não eram relacionadas apenas às lacunas detectadas nas abordagens adotadas, como também à insuficiência das medidas compensatórias para atender às populações atingidas. Em meados dos anos 80, as reivindicações passaram a ser mais propositivas, a partir do questionamento dos critérios que determinaram sua eficácia em termos técnicos. Logo, novas bandeiras foram erguidas, como a “luta por pesquisas e estudos” que procuravam comprovações dos danos ambientais e colocavam em cheque os procedimentos “técnicos” que eram tão caros ao Setor Elétrico.

Algumas tendências podem ser observadas nesse jogo dinâmico que é construído entre dois polos: as ações embrionárias de resistência dos atingidos, por um lado; e as reações arbitrárias e reguladoras do Setor Elétrico, por outro. Com base na abordagem de *frame analysis* (GOFFMAN, 1974), atenta-se para as alterações na maneira pelas quais as reivindicações foram produzidas, sustentadas, contestadas e alteradas, a partir de processos de interação social situada. Os grupos atingidos, muitos dos quais eram de comunidades extrativistas, apontaram para o impacto das alterações ambientais não apenas sobre o meio físico, mas também sobre o campo social, efetivando uma análise aguçada das interconexões entre diversos fenômenos socioambientais. Por essa razão, abarcaram várias pautas (como a pauta dos “alagados”), ampliando progressivamente seu repertório político de acordo com um contexto mutável e oscilante.

Ao incorporarem as especificidades das populações vazanteiras e ribeirinhas, que historicamente tinham sido ignoradas ou omitidas dos processos de formulação de medidas compensatórias (SIGAUD, 1983, 1987, 1988, 1992; VAINER, 2008, 1992),

⁴⁰ Uma visão ramificada dos planos técnico x ambiental x social está na raiz do funcionamento e da operacionalização do Setor Elétrico no território brasileiro. Castro (1988) aponta para a fusão entre a população atingida e o meio ambiente circundante, de modo que os dois elementos sejam visualizados como partes que integram o “objeto impactado” do empreendimento, acarretando uma “naturalização” da população atingida. Assim, como Vainer (1993) observa, “esta naturalização da população produz, nos estudos e previsões, um pastiche em que o social está destituído de todos os atributos, características e qualidades que fazem do social algo essencialmente em ruptura com o físico – biótico” (VAINER, 1993, p. 563). Isto posto, a posição subordinada do fator social dentro do “projeto técnico”, que se torna evidente nos diagnósticos e estudos de “controle ambiental”, tem sido uma das causas geradoras de contestações e questionamentos apresentados pelos movimentos de atingidos perante o Setor Elétrico, especialmente no final dos anos 80 e início dos anos 90.

conseguiram pôr em destaque uma série de reivindicações que envolvem a recontextualização do ambiente circundante. Logo, no bojo do processo de mobilização dos atingidos, houve uma valorização das dimensões culturais presentes na ação coletiva, a partir de uma atenção plena voltada para as especificidades dos segmentos que o compõem, alargando assim a esfera do que se pode considerar como “político”.

Inevitavelmente, as condições do contexto político influenciaram o processo de mobilização do Movimento dos Atingidos, sendo um condicionante que tanto limita quanto possibilita o maior alcance de sua ação política, dependendo do momento analisado na “linha do tempo”. Tarrow (2009) analisa os movimentos a partir da variável “oportunidades”, concebendo “oportunidades como dimensões consistentes do ambiente político que produzem incentivos às pessoas para levar adiante a ação coletiva”, da mesma forma que “consistem no grau de abertura do sistema político, que definem níveis de receptividade às demandas coletivas” (MEDEIROS, 2012, p. 18). No caso de Tucuruí, o leque de “oportunidades” se abriu ou fechou em distintos períodos históricos – anterior e posterior a 1985 –, interferindo diretamente na fragmentação ou concentração dos poderes e nos níveis de estabilidade dos alinhamentos políticos. Assim, durante a fase inicial da organização dos movimentos incipientes e embrionários, em pleno regime autoritário, ao mesmo tempo em que se testemunha a vitalidade das expressões de resistência, surgem muitos empecilhos nas negociações com o Setor Elétrico, especialmente no que tange às brechas para a efetivação de mudanças nas lógicas subjacentes às estruturas operantes. A partir do ano de 1985, durante o processo de redemocratização, percebe-se que houve uma abertura maior nas negociações políticas, além de uma ampliação na diversidade de atores sociais envolvidos, que foi viabilizada por meio de diálogos interinstitucionais formalizados.

Contudo, o dinamismo refletido nitidamente nas ações desse movimento heterogêneo vai na contramão da visão pautada na padronização das reações das populações atingidas perante os grandes projetos de desenvolvimento, que têm fundamentado a ação intervencionista do Setor Elétrico, de acordo com SIGAUD (1986; 1988). Destarte, o regime de verdade que rege a gestão desses movimentos, no cerne das dinâmicas sociais, não é estático. Com efeito, é flexibilizado de acordo com diferentes óticas, abordagens e critérios, revelando a vitalidade e a força de um movimento heterogêneo que se constrói no plural, a partir de um recorte temporal e espacial.

Agradecimentos

Agradeço aos (às) seguintes pesquisadores (as) por suas contribuições na condução da pesquisa e na revisão deste artigo: Henri Acselrad, Leandro Juárez Liberatori, José Carlos Matos (IPPUR/UFRJ); André Dumans Guedes (PPGS/ UFF); Dibe Ayoub (NUAP/UFRJ); Luciana Almeida (Unilab). Agradeço a Luísa Sobral de Carvalho pela revisão ortográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 25 (4): 53-68, out/dez.,1991.

_____; SILVA, M. G. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia - o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *As Tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011, p. 61-92.

_____; SILVA, M. Conflito Social e Mudança Ambiental na barragem de Tucuruí. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 175-193.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008

ATA. *Ata da Reunião dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí*. Dias 12 e 13 de março de 1989.

_____. *Ata de Encontro entre a Eletronorte, Engevix e Sindicato de Trabalhadores Rurais da Região Tocantina*. 28 e 29 de março de 1987.

BOLETIM. *Arca dos Moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí*. Set. 1982; jan. 1983.

_____. *A voz dos jovens*. Pastoral Juvenil de Abaetetuba, Pará, Brasil. Ano 1, No. 07, julho de 1984

_____. *Cronologia Histórico de Luta*. 1984.

_____. *Extra informativo Itupiranga*. No. 4, abril 1979.

_____. *Tucuruí Urgente*. Maio de 1981.

CARTA. *Carta a Eletronorte*. Elaborada em 09 de janeiro de 1980.

_____. *Carta do Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte*. Elaborada em 13 de janeiro de 1983.

_____. *Carta do SRT a Prelazia de Cametá, as entidades democráticas e às comunidades cristãs*. 1987.

CASTRO, Eduardo Viveiros; ANDRADE, Lucia M.M. de. Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, Leinad Ayer de O. e Andrade, Lucia M.M. (org.) *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. SP: 1988.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. *Revista Nera*, Ano 12, No. 15, julho/dezembro de 2009.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. In: *MANA* 10(2): 287-322, 2004.

_____; CASTRO, Celso. Quando o campo é o arquivo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 36, julho- dezembro de 2005, p. 3-5.

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary New Delhi*. London: Oxford University Press, 1996.

DES CHENES, Mary. 1997. Locating the past. In: A. Gupta e J. Ferguson (ed.), *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press. p. 66-85.

DOCUMENTO. *Documento de Denúncias e Reivindicações dos Expropriados dos Municípios Atingidos pela Construção da Barragem de Tucuruí*. 07 de outubro de 1984.

_____. *Documento de Protesto dos Desapropriados a Eletronorte, GETAT e Prefeitura Municipal de Tucuruí*. 01 de novembro de 1984.

_____. *Documento dos expropriados para o presidente da Eletronorte*. 1984.

_____. *Documento “Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colonias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí.”* 12 a 16 de maio de 1989.

_____. *Documentos I & II “Denúncia e Reivindicação da População dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e Moradores da Localidade da Rainha e Morajuba Direta, atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório.”* 12 de agosto de 1982.

_____. *“Tentativa de humanizar a Eletronorte.”* Lançada em fevereiro de 1982.

DURKHEIM, Émile. (1995 [1912]) *The Elementary Forms of the Religious Life*. Translated by Karen E. Fields. New York, N.Y.: The Free Press, 1995 [1912].

FAILLACE, Sandra Tosta. *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS/SC)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FRASER, Nancy. *Rethinking Recognition*. *New Left Review* 3, May-June 2000.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Harvard University Press, 1974.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

IPPUR. *Depoimentos em “Seminário Tucuruí: Memórias de uma Luta em curso.”* Auditório de Geociências, UFF. Belém, Pará: 24 de abril de 2018.

_____. *Entrevista com Aida Maria Farias da Silva*, concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF.

_____. *Entrevista com Felisberto Demasceno*, concedida em 17 agosto de 2017, Brasília/DF

_____. *Entrevista com Raul do Couto*, concedida em 07 de agosto de 2017, Belém/PA.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. As Nações Indígenas e os Projetos Econômicos do Estado: A Política de Ocupação do espaço na Amazônia. In: Jean Hébette (Org.) *O Cerco Está Se Fechando*. Belém: Vozes, p. 89-113, 1991.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. 10 anos depois. Uma análise sobre o deslocamento dos camponeses em Tucuruí. In: *XIX Reunião Brasileira de Antropologia*. Niterói-RJ: Programas & Resumos, 1994.

_____. Expropriação e Mobilização- a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In: *46º Congresso Internacional de Americanistas*. Amsterdam - The Netherlands: 1988.

_____. *Luta política e construção de identidade: notas sobre um movimento de expropriação camponesa*. Trabalho apresentado ao Curso de estudos regionais e de Comunidade. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1988 (Mimeo).

_____. *Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção das barragens*. Tese (Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará). Belém: UFPA, 2007.

_____. *Os expropriados de Tucuruí: uma análise das relações entre o campesinato e o Estado*. Projeto Avaliação de Aspectos Sociais da Produção de Energia Hidrelétrica. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 1989.

_____. *O Desencantamento da beira: notas sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí*. Projeto Avaliação de Aspectos Sociais da Produção de Energia Hidrelétrica. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 1990.

MCADAM, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, p. 7- 31, janeiro - junho de 2012.

NOVAES, J. ARAUJO, H. F. A. ; NOBREGA, M. L. C. . Estratégias Empresariais, Conflitos Socioambientais e Ações Coletivas na Amazônia. In: *V Seminário de Nacional Sociologia & Política: Desenvolvimento e mudanças sociais em contexto de crise*. Curitiba: V Seminário de Nacional Sociologia & Política, 2014. p. 1-16.

NOVAES, J. Estratégias de Resistência de Povos e Comunidades Tradicionais à Hidrelétrica de Tucuruí: Trajetórias Identitárias e Processos de Expropriação. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Jurandir Santos de Novaes. (Org.). *Povos Tradicionais em Colisão com Estratégias Empresariais no Maranhão e Pará*. 1ªed., 2015, v. 1, p. 173-203.

OFÍCIO. *Ofício no. 35*. 27 de março de 1985.

PINTO, Luiz Flavio. *Tucuruí: A Barragem da Ditadura*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2011.

RAVENA-CAÑETE, V.; SOUZA, C.L. de. Impactos ambientais e mudanças sociais decorrentes da construção de barragem: O cenário da pesca artesanal no lago da UHE de Tucuruí/PA. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, 2015.

_____; CANETE, T. M. R. ; RAVENA, N. ; SOUZA, C.L. de. Lições não Aprendidas: Hidrelétricas, Impactos Ambientais e Política de Recursos Hídricos. *Papers do NAEA (UFPA)*. v. 1, p. 239-17, 2009.

RELATÓRIO. *Encontro de Trabalhadores*. 03, 04 e 05 de maio de 1985.

_____. *Relatório da “Comissão Interministerial Pró-População a Montante de Tucuruí.”* 1992.

_____. *Relatório de Denúncias das Manobras da Eletronorte*. 1989.

_____. *Segundo acampamento*. 1983.

ROCHA, G. M. *Todos convergem para o lago! Hidrelétrica Tucuruí. Municípios e territórios na Amazônia*. 1. ed. Belém: Edufpa, 2008. 250p.

_____. A Redistribuição Espacial da População na Área de Influência da Usina Hidrelétrica Tucuruí (PA). In: Christian Nunes da Silva; João Marcio Palheta da Silva; Clay Anderson Nunes Chagas. (Org.). *Geografia na Amazônia paraense territórios e paisagens*. Joinville, SC: Clube de Autores, 2015, v. 2, p. 145-158.

ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos: De forma agrária e significação social na zona caraveira de Pernambuco*. Tese (Doutorado em Sociologia, IUPERJ). RJ: Editora Garamond, 2011.

ROSA, Marcelo. (org.) Dossiê nº 01: Greves, Acampamentos e outras formas de mobilização social: O legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais. In: *Rede de Estudos Rurais*. Rio de Janeiro: 2010.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, 2000.

_____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 1, junho 2005.

_____. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: L. Pinguelli et. alli. (eds.). *Impactos de Grandes Projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, p. 83- 166, 1988.

_____; EMANDEZ, M.; ROSA, M. *Ocupações e acampamentos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Univesitaria, 2010.

_____. Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico. In: Santos, Leinad Ayer de O. e Andrade, Lucia M.M. (org.) *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. SP: 1988.

_____; MARTINS-COSTA, Ana Luiza; DAOU, Ana Maria. Expropriação do Campesinato e concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice/Anpocs, 1987.

_____. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. In: *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, no. 18, ano 7, fev. 1992.

_____; ROSA, Luiz Pinguelli; MIELNIK, Otávio. *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*. AIE/COPPE. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

SNOW, David. Analyse de cadres et mouvements sociaux. In: CEFAÏ, Daniel e TROM, Danny (eds.). *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: Chicago Press, 2006.

VAINER, C. B. Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

VAINER, C. & ARAÚJO, F. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 5. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.